

## Comunidade de Política Externa Brasileira e crise na Venezuela: riscos e oportunidades

**Autoria:** Miguel Borba de Sá<sup>1</sup>

**Diagramação:** Ana Carolina Aguiar

A atual crise internacional envolvendo a Venezuela apresenta uma oportunidade e um risco para a chamada ‘comunidade de política externa’ brasileira. Em uma situação como esta, compete aos especialistas participar no debate de modo ativo a fim de impedir que o processo de tomada de decisão fique à mercê do senso comum estabelecido ou – pior – de caprichos individuais e interesses estranhos aos da maioria da população de nosso país. Por isso, ao contrário do princípio de não-intervenção que orientou a política exterior brasileira por décadas, a crise atual reclama por uma intervenção decidida nesta batalha de ideias sobre a participação do Brasil na desestabilização do país vizinho.

A oportunidade parece única para os dois grandes campos de formulação e implementação da política externa brasileira desde a redemocratização. No primeiro deles, que orbitou em torno dos governos de Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso, a estratégia versava em torno da adesão aos compromissos multilaterais como forma de alcançar mais autonomia mediante o aumento da “credibilidade” do país junto à comunidade internacional (Lampreia, 1997, p.8). A noção, portanto, de autonomia via participação exigia aderência estrita aos compromissos externos, fosse no plano econômico<sup>2</sup>, militar<sup>3</sup> ou político-diplomático. Neste último caso, o legalismo e a soberania alheia

1 Doutor em Relações Internacionais (IRI/PUC-Rio), professor de Política Externa Brasileira na UFSC e membro do Lieri e da Rede Jubileu Sul Brasil.

2 A mudança de posição brasileira na negociação final da Rodada Uruguai do GATT, que criou a Organização Mundial do Comércio, assim como o protagonismo assumido no MERCOSUL são exemplos desta estratégia, nos planos multilateral e regional.

3 No âmbito militar, a maior expressão desta política exterior calçada na credibilidade junto à comunidade internacional foi a adesão do Brasil ao Tratado de Não-Proliferação Nuclear em 1998, após 30 anos de negativa (Lampreia, 1998, p.12-13).

não poderiam ser jamais flexibilizados. Por exemplo, o Brasil recusou-se a dar aval à intervenção no Haiti em 1993; esquivou-se de interferir nas graves crises institucionais peruanas causadas pelo autoritarismo de Fujimori em 1997 e 2000; assim como deu apoio (pouco recordado) ao presidente Hugo Chávez após a tentativa de golpe de estado em 2002, seguida de um paro petrolero frustrado pelo envio de navios-tanque brasileiros que contribuíram para restabelecer a calma e legalidade no país vizinho, independente de considerações ideológicas. Esta ação brasileira, por sinal, dificultou a ingerência norte-americana.

Em função de tais princípios, este campo fez duras críticas quando o presidente Luis Inácio Lula da Silva decidiu liderar, em 2004, o contingente militar da Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti (MINUSTAH). Mas a nova orientação de política externa pregava um maior protagonismo do Brasil nas relações Sul-Sul, levando ao relaxamento do princípio da não-intervenção em nome de uma “diplomacia solidária” (Seitenfus, 2006). Movido por ideias-força como a “não-indiferença”, caberia ao Brasil atuar para que as grandes potências não decidissem sozinhas os rumos de sociedades em crise, especialmente em situações dentro da América Latina e do Caribe (Amorim, 2016, p.42). Mediante certa ginástica retórica e jurídica, argumentou-se que devido à similaridade étnica, cultural e histórica entre as nações (“O Haiti é aqui”), não se estaria agindo de modo intervencionista, mas ajudando a resolver questões deixadas pelo colonialismo que, deste modo, seriam problemas brasileiros também. Como capturado por uma análise perspicaz, não se poderia ser indiferente diante daquele que não era totalmente diferente (Siman, 2016).

Ora, a situação atual permite a este segundo campo - que gravitou em torno dos governos Lula e Dilma Rousseff - continuar afirmando sua postura contrária ao alinhamento com os Estados Unidos, assim como seus princípios latino-americanistas frente ao monroísmo oficialmente reivindicado por Washington

desde a chegada ao poder de Donald Trump<sup>4</sup>. Trata-se de uma oportunidade formidável para os formuladores da “política externa ativa e altiva” (Pomar, 2016), mas que não pode ser desperdiçada por excesso de timidez ou acanhadas considerações eleitorais: mesmo que as caricaturas sobre o ‘regime de Maduro’ possam custar votos a quem se opõe à sua derrubada ilegal, o saldo político ainda é positivo caso aqueles identificados com a resistência ao unilateralismo dos EUAousem resistir a mais esta investida (desta vez, sem respaldo jurídico algum) contra um governo latino-americano democraticamente eleito. A oportunidade é ainda maior, visto que permitiria, de passagem, que este campo realizasse uma autocritica de sua conduta no caso haitiano, de modo a livrar-se da responsabilidade histórica por ter reaberto este precedente intervencionista-militar brasileiro (em 1965 o regime militar ajudara a invadir a República Dominicana).

Por outro lado, aos postulantes da “credibilidade” como paradigma de política externa a oportunidade é ainda mais nítida: a fim de manter “coerência” e galgar a almejada “confiança” frente ao sistema multilateral e aos atores não-estatais relevantes no cenário internacional, nada mais natural que opor-se decididamente ao intervencionismo na Venezuela. Assim como feito em relação à decisão do governo Lula sobre o Haiti, é mandatório que seus opositores à época sustentem, no momento atual, a mesma lógica não-intervencionista. De outro modo, sua própria credibilidade estaria em xeque em virtude de sua crítica ao intervencionismo petista não ser acompanhada de igual repreensão ao ingerencismo de Bolsonaro. Trata-se de uma chance ímpar de colocar em prática os princípios que marcaram seu paradigma de política exterior quando faziam parte do governo ou quando passaram à oposição. Esta atitude ajudaria, ademais, que este grupo se dissociasse da imagem desgastada de ex-lideranças como Aécio Neves, que assiduamente buscara interferir nos assuntos internos da Venezuela mediante laços com figuras de extrema-direita naquele país, como Leopoldo López.

As oportunidades são proveitosas, para am-

4 Além do discurso do próprio mandatário norte-americano nas Nações Unidas reivindicar a Doutrina Monroe, o assessor especial da presidência John Bolton reiterou que a este paradigma estava “vivo e pujante”, referindo-se explicitamente às ingerências de seu governo sobre Cuba, Nicarágua e Venezuela. Ver reportagem da revista *The Economist*, disponível em (acesso em Junho/2019): <https://www.economist.com/leaders/2019/05/09/john-bolton-and-the-monroe-doctrine>

bos os lados. Mas há um sério risco em não aproveitá-las enquanto é tempo: deixar que a sensatez fique nas mãos exclusivas da ala militar de um governo já bastante militarizado. Diante da inexistência de movimentos sociais expressivos focados nessa temática, hoje em dia são os militares brasileiros que tomam a dianteira da não-intervenção na Venezuela, aumentando ainda mais seu protagonismo político, neste caso, via política exterior. Após a humanização das Forças Armadas proporcionada pela desastrosa decisão de liderar militarmente a ocupação do Haiti, a crise da Venezuela agora brinda a caserna com uma chance de mostrar suas credenciais para o exercício do poder político-estatal mediante a adoção da conduta mais responsável dentro do governo Bolsonaro, assim como diante das inconseqüentes manobras desestabilizadoras advindas de Washington, Lima e Bogotá.

É hora da comunidade brasileira de política externa recuperar seu relevo neste momento delicado. Na impossibilidade de diplomatas da ativa se manifestarem abertamente por motivos hierárquicos, cabe aos ex-ministros e embaixadores, juntamente com professores, jornalistas e demais especialistas em Relações Internacionais, incluindo representantes da sociedade civil organizada, interferir neste debate de modo a subsidiar a opinião pública com informações e análises capazes de capitanear uma inflexão decisiva na retórica agressiva contra o país vizinho.

Existem vozes isoladas, é verdade, que já estão se dedicando a esta tarefa hercúlea, arriscando suas reputações ao ousar desafiar o regime de verdade construído sobre o fenômeno do chavismo e a suposta necessidade da interferência brasileira. Contudo, até o momento, são insuficientes tais manifestações de bravura e integridade intelectual por parte de quem mais pode contribuir para evitar que uma ação imoral, irresponsável e ilegal venha a ocorrer. A Constituição de 1988 prevê que o Brasil deva seguir os princípios da autodeterminação dos povos, da não-intervenção e da resolução pacífica de controvérsias. Relegar a garantia do Estado Democrático de Direito para aqueles que historicamente interferiram na política para instaurar o estado de exceção é simplesmente perigoso demais, tanto domesticamente quando em matéria de política exterior.

Tanto os proponentes da “autonomia pela integração” quanto da “autonomia pela lideran-

ça” (Soares de Lima, 2005)<sup>5</sup> têm bons motivos para atuar enfaticamente agora, sob pena de verem sua inação convertida em tragédia. As oportunidades políticas são para ambos os grupos; já os riscos maiores recaem sobre o futuro da democracia para toda sociedade brasileira e, até mesmo, para a manutenção da paz e da estabilidade na América do Sul.



Foto: Erich Decath, Revista Exame, 15/06/2015

<https://exame.abril.com.br/brasil/apos-protestos-na-venezuela-aecio-pede-apoio-a-renan/>

### *Bibliografia:*

Amorim, Celso. [Entrevista]. In: Pomar, Valter (org.). Brasil: Uma política externa ativa e ativa. Coleção Nossa América Nuestra. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2017.

Fernandes, Luis Manoel. “Autonomia pela liderança”. Bonifácio, n. 2, Janeiro/Março de 2004.

Lampreia, Luiz Felipe. “A política externa do governo FHC: continuidade e renovação”. Revista Brasileira de Política Internacional, vol. 42, n. 2, 1998.

Seitenfus, Ricardo. “Elementos para uma diplomacia solidária: a crise haitiana e os desafios da ordem internacional contemporânea”. Carta Internacional, vol. 1, n.1, 2006.

Siman, Maíra. “Analysing interventionism beyond conventional foreign policy rationales: the engagement of Brazil in the United Nations Stabilization Mission in Haiti (MINUSTAH)”. Cambridge Review of International Affairs, Nov./2016.

Soares de Lima, M. R. “Aspiração Internacional e Política Externa”. Revista Brasileira de Comércio Exterior, n. 82, ano XIX, Janeiro/Março de 2005.

---

<sup>5</sup>“Na prática, a gestão externa de Fernando Henrique Cardoso estaria mais próxima da estratégia de “credibilidade” e a de Luiz Inácio Lula da Silva da de “autonomia” (Soares de Lima, 2005, p. 82). A autora menciona, em seguida, o conceito de “liderança cooperativa” - na América do Sul - de Luís Manoel Fernandes (2004, p.24), que embasa a estratégia de “autonomia pela liderança”, formulada em artigo com o mesmo título. Por sua vez, o ex-chanceler Luiz Felipe Lampreia recorre ao colega Gelson Fonseca Jr., que cunhara o conceito de “autonomia pela participação”, para melhor explicar sua noção de “autonomia pela integração” (Lampreia, 1998, p.11).

# BOLETIM LIERI

Laboratório Interdisciplinar de  
Estudos em Relações Internacionais



## SOBRE O LIERI

O Laboratório Interdisciplinar de Estudos em Relações Internacionais (Lieri) é um núcleo de pesquisa que reivindica uma abordagem interdisciplinar das relações internacionais, valorizando as diversas contribuições dos especialistas das áreas das Humanidades. O grupo agrega pesquisadores com diferentes formações acadêmicas, como historiadores, economistas, cientistas sociais, cientistas políticos, geógrafos, especialistas em Relações Internacionais, dentre outros pesquisadores das Ciências Humanas que têm objetos de estudo ligados às Relações Internacionais. Sua formação se originou de uma iniciativa de professores e alunos ligados ao curso de Relações Internacionais da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). As atuais linhas de pesquisa do grupo são: História das Relações Internacionais; Política externa e relações internacionais do Brasil, Economia Política Internacional, Segurança Internacional, Teoria, Instituições e Relações Internacionais.

[www.laboratorios.ufrrj.br/lieri/](http://www.laboratorios.ufrrj.br/lieri/)

[www.facebook.com/lieriufrrj/](https://www.facebook.com/lieriufrrj/)

[lieri@ufrrj.br](mailto:lieri@ufrrj.br)

Coordenação: Ana Saggiaro Garcia e Caio Bugiato

Diagramação: Ana Carolina Aguiar